



## O materialismo histórico dialético na pesquisa em educação ambiental

Antônio Lisboa Leitão de Souza<sup>1</sup>  
Magnus José Barros Gonzaga<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo é um recorte temático de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida no doutoramento em Educação, que buscou identificar e analisar, sob o prisma do materialismo histórico-dialético, a política de Educação Ambiental no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo em vista o que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). O objetivo é, em primeiro plano, abordar o materialismo histórico dialético na pesquisa em EA. Num segundo momento, discorrer sobre o método, apresentando-o como fundamento teórico-metodológico que pode, substancialmente, guiar as ações da pesquisa, bem como lhe conferir *práxis* e validade científica. Por fim, o artigo evidencia aspectos relevantes que justificam a perspectiva metodológica do materialismo histórico-dialético na pesquisa em Educação e, em particular, na Educação Ambiental.

**Palavras-chave:** Materialismo Histórico Dialético; Educação Ambiental; Pesquisa.

### The dialectical and historical materialism in the environmental education research

**Abstract:** This article is a thematic snippet of a larger research, developed at Doctor Degree, that aimed to identify and analyze, through the prism of the Dialectal and Historical Materialism, the

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (FE-USP), professor associado da Universidade Federal de Campina Grande/UFGC e colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN. É pesquisador e orientador na Linha Política e Práxis da Educação, do PPGED/UFRN. lisboaleitao@uol.com.br

<sup>2</sup> Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, Mestre em Ciências Sociais pela UFRN, Professor do Departamento de Ciências Exatas, Tecnológicas e Humanas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido/UFERSA. magnus.gonzaga@ufersa.edu.br

Federal University of Rio Grande do Norte's Environmental Education policy in the face of the National Policy of Environmental Education (NPEE). The goal of this article is, first of all, approach the Dialectal and Historical Materialism in the Environmental Education research. After that, it aims to discourse about the method, presenting it as a theoretical-methodological base that can substantially guide the research actions, as well as give them *praxis* and scientific validity. At the end, it is evidenced relevant aspects that justify the Dialectal and Historical Materialism in Education research, particularly in the Environmental Education.

**Keywords:** Dialectal and Historical Materialism; Environmental Education; Research.

## Introdução

Constata-se que o desenvolvimento das pesquisas em Educação Ambiental (EA) na América Latina, notadamente no Brasil, a partir da primeira década do século XXI, além de estar fomentando a produção de novos conhecimentos nesse campo<sup>3</sup>, se afirma também como contribuição teórica e epistemológica que podem subsidiar profissionais e educadores para a intervenção mais qualificada relativa aos desafios da realidade humana, social e ambiental na sociedade contemporânea. A pesquisa em EA no país vem ocupando, gradativamente, seu espaço na produção científica, teórica e epistemológica na área, processo que pode se constatar em estudos de Gonzalez-Gaudiano e Lorenzetti (2009), Guerra (2010), Carvalho (2011).

Todavia, a pesquisa científica em EA vem se consolidando e congregando, ao mesmo tempo, em seu núcleo constitutivo, um conjunto de procedimentos, visões de mundo, abordagens e matrizes filosófico-científicas diferenciadas, condição que confere a esse campo de conhecimento o *status* de setor plural, multifacetado e carregado de contradições quanto às suas finalidades e aos seus objetivos.

Este artigo tem o objetivo de abordar o materialismo histórico dialético como método na pesquisa em EA, em primeiro lugar, e, segundo, apresentá-lo como fundamento teórico-metodológico que pode, substancialmente, guiar as ações da pesquisa, bem como lhe conferir *práxis* e validade científica. Trata-se de um recorte temático de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida por ocasião do doutoramento em educação, a qual buscou identificar e analisar, à luz do materialismo histórico dialético, a política de EA desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo em vista o que

---

<sup>3</sup> A expressão campo é tomada neste artigo em um sentido bourdieusiano, ao designar um conjunto de conhecimentos que de modo relativamente autônomo se relaciona entre si e estabelece relação com outros conhecimentos. Ou seja, um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social. Em um campo operam critérios de avaliação que lhe são próprios e que não teriam validade no microcosmo vizinho. Um campo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais específicas. Nesse sentido, existem campos literário, artístico, jurídico, político, científico, etc.

determina a Política Nacional de EA – PNEA, instituída pela Lei n. 9.795/99. Todavia, não se vislumbra aqui a pretensão de trazer a tona os resultados da pesquisa mencionada, mas evidenciar aspectos relevantes que justificam a nossa opção pelo materialismo histórico dialético como método na pesquisa em educação e, em particular, na EA.

### **O Materialismo Histórico Dialético como método de pesquisa social**

Pode-se conceber pesquisa social como um processo formal e sistemático que, por meio de métodos científicos, busca respostas para problemas da realidade social (que envolvem aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais).

Há um relativo consenso entre os autores que se preocupam em estudar a epistemologia da ciência de que todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos. A expressão *método* é derivada do termo grego *metahodos*, cuja etimologia advém da junção das palavras *meta* (através de, por meio de) e *hodos* (caminho), indicando a ideia de caminho através do qual se pode atingir objetivos projetados.

No processo de investigação científica, o método é, por natureza, um conjunto de procedimentos lógicos, orientados por regras, e que visa orientar o pesquisador a alcançar um objetivo previamente elaborado. Nesse aspecto, o método científico guia a compreensão do pesquisador e suas ações diante do fenômeno a ser desvendado, de modo que se garanta cientificidade<sup>4</sup>.

Na atividade de pesquisa, o processo de apreensão e compreensão do real inclui as concepções teóricas e o conjunto de meios técnico-científicos previamente definidos pelo pesquisador para alcançar respostas ao objeto de estudo. Isto implica dizer que existem diversos meios de se entender e explicar os fenômenos da realidade. Todavia, a opção teórica e metodológica do pesquisador em relação ao fenômeno a ser desvendado diz respeito ao seu entendimento de ciência, à sua posição filosófica e à sua postura política diante do mundo.

Por esse prisma, o método reflete as posturas e as aspirações do pesquisador em face do fenômeno a ser desvendado. Porém, existe uma multiplicidade de relações

---

<sup>4</sup> Esta expressão remete aos critérios que permitem definir o que de fato constitui um conhecimento científico e, por sua vez, distingui-lo das outras formas de manifestação de conhecimentos não-científicos.

epistemológicas, filosóficas e políticas que interferem nos resultados das pesquisas, razão pela qual não é possível “explicar os métodos por si mesmos sem levar em conta os contextos teóricos e as condições histórico-sociais da produção destes e da pesquisa” (SÁNCHEZ GAMBOA, 1996, p. 62).

Enquanto contribuição do pensamento marxiano<sup>5</sup> e marxista<sup>6</sup>, o materialismo histórico dialético se afirma na investigação científica como um método de explicitação científica da realidade social. A particularidade essencial desse método consiste no fato de analisar o movimento da sociedade a partir de posições filosóficas, que envolvem relações entre os aspectos que caracterizam o desenvolvimento das forças motrizes da sociedade.

Ao apresentar seu método, Marx afirma que é mister distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. Diz Marx (2011b, p. 28), na explicação do método dialético, que “a investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído o trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real”.

Quanto ao método da investigação, Kosik (2002) considera que ele apresenta três níveis: a) minuciosa apropriação da matéria, pleno domínio do material, nele incluídos todos os detalhes históricos aplicáveis e disponíveis; b) análise de cada forma de desenvolvimento do próprio material; c) investigação da coerência interna, isto é, determinação da unidade das várias formas de desenvolvimento. Todavia, Kosik (2002) adverte que sem o pleno domínio do método de investigação, qualquer dialética não passa de especulação vazia.

Em decorrência, se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção *a priori*. Isto significa dizer que só depois de concluir a pesquisa é que o pesquisador apresenta os seus resultados. Como bem observa Kosik (2002), o ponto de partida de onde a ciência inicia a própria exposição já é resultado de uma investigação e de uma apropriação crítico-científica da matéria. A exposição já é, por sinal, um início mediato, que contém em seu núcleo a estrutura de toda a obra. Por isso, o materialismo histórico dialético constitui-se num método rigoroso, consistente para o estudo das relações que ocorrem na sociedade.

---

<sup>5</sup> Diz respeito à especificidade do pensamento de Marx originalmente.

<sup>6</sup> Diz respeito ao conjunto de concepções filosóficas, econômicas e políticas formuladas inicialmente por Marx e Engels e desenvolvidas posteriormente por outros pensadores. De modo mais abrangente, o marxismo, em suas diversas tendências, se debruça sobre a análise histórica concreta da gênese, constituição e desenvolvimento da organização social da sociedade capitalista.

A centralidade do método dialético de Marx é o seu caráter material e histórico. Com efeito, o caráter material do método em Marx diz respeito à organização da sociedade para a produção e a reprodução da vida, visto que o “modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral” (MARX, 1996, p. 300). Tal pressuposto orienta que as relações sejam compreendidas a partir das suas condições materiais de existência, em suas totalidades.

Marx chega a essa conclusão ao estudar a anatomia da sociedade burguesa e constatar que o fundamento para a sua compreensão deve ser buscado na economia política. Para ele, na produção social da própria existência os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, e essas relações de produção correspondem, por sua vez, a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. Em decorrência, “a totalidade das relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política que correspondem a formas sociais determinadas de consciência” (MARX, 2008, p. 47). Essa relação, que se materializa por meio de um modo de produção específico – o modo de produção capitalista –, condiciona o processo de vida social, política e intelectual da sociedade como um todo.

O caráter histórico do método de Marx busca compreender como se organiza a sociedade historicamente, ao se procurar desvendar a realidade a partir das relações sociais estabelecidas pela humanidade. A história, para Marx, é um processo dialético e materialista da realidade que se desenvolve na objetividade, isto é, na realidade objetiva. Assim, nessa relação, o desvendamento da realidade se dá na dimensão material e histórica do concreto, pois “o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (MARX, 2011a, p. 54). Tal compreensão consistiu no ponto de partida do método marxiano. Todavia, a formulação desse método, que contém em seu cerne o conceito de dialética, não brotou de uma genialidade isolada do mundo. Ao contrário, Marx foi herdeiro de uma longa tradição filosófica.

Foi com Hegel<sup>7</sup> (1770–1831) que a dialética assumiu papel importante na filosofia contemporânea. Discorrendo sobre a dialética, Marx (2011) afirma que foi Hegel

---

<sup>7</sup> Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) nasceu em Stuttgart, na Alemanha, estudou filosofia na Universidade de *Tübingen* e foi professor nas Universidades de *Lena* (1801-1806), *Heidelberg* (1816-1818) e *Berlim* (1818-1831), chegando a Reitor desta última (1829). Hegel tornou-se o filósofo mais importante do idealismo alemão pós-kantiano, além de ter sido um dos que mais influenciou o pensamento de sua época e o desenvolvimento posterior da filosofia. Pode-se considerar a filosofia de Hegel como o último grande sistema da tradição clássica.

o primeiro a apresentar suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. Conforme Lefebvre (2011), Hegel havia retomado em sua *Lógica* algumas questões relativas ao emprego metódico da razão, já tratadas anteriormente pelos filósofos Aristóteles, Dèscartes, Leibniz e Kant.

Em seus trabalhos científicos, Marx aprofunda a lógica hegeliana e continua a elaboração do método dialético. Todavia, o método marxiano difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. A dialética concebida por Marx se opõe à dialética hegeliana no que ela tem de mistificação. Nesse sentido, a crítica de Marx (2011a, p. 54) dirigida à Hegel deu-se no sentido de que ele “caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo”. Isto porque, para Hegel, o processo do pensamento – ideia – é o criador do real, e o real é apenas a sua manifestação externa. Ou seja, para este filósofo, o real é apenas o ideal transposto para a cabeça do indivíduo de modo imediato. Precisamente, em Hegel, a filosofia idealista é entendida como atividade da consciência ou do espírito. No idealismo alemão – modo de pensamento do qual a filosofia hegeliana faz parte – a consciência se apresenta como uma atividade na qual ela explicita sua liberdade e soberania. Nessa filosofia, a consciência é, por excelência, o seu fundamento supremo.

Em relação a essa forma de apreensão do mundo pela consciência – e de modo imediato –, Marx (2011b) afirma que a dialética em Hegel encontra-se de cabeça para baixo, sendo, portanto, necessário pô-la de cabeça para cima para que se descubra a sua substância racional. Ao se inverter radicalmente o conteúdo da dialética – a filosofia do saber absoluto, concebida por Hegel – abriu-se caminho à filosofia marxista da *práxis* (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007). Na forma racional, a dialética apreende, de acordo com seu caráter transitório, as formas em que se configuram o devir, e torna-se essencialmente um método crítico e revolucionário. Portanto, Marx faz da dialética um método de interpretação da realidade, visão de mundo e *práxis*.

Conforme afirma Kosik (2002), a dialética concebida por Marx não considera os produtos fixados, as configurações, os objetos e todo o conjunto do mundo material reificado, como algo originário e independente; não aceita o mundo das representações e as aparências que se manifestam no pensamento de modo imediato. Continua o autor:

submete-os a um exame em que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos,

como sedimentos e produtos da práxis social da humanidade (KOSIK, 2002, p. 21).

Isto consiste em afirmar que as aparências manifestadas no objeto de modo imediato devem ser rejeitadas, uma vez que as aparências não são e nem explicam o objeto na sua essência. Os fenômenos, ao contrário, são derivados e mediados pela *práxis* social humana em seu movimento histórico e material concreto.

Enquanto objeto das ciências sociais, significa dizer que a matéria se constitui em matéria social, ou seja, por esse método, as relações sociais passam a ser entendidas como relações de produção, processo pelo qual os homens produzem e reproduzem as suas condições materiais de existência. Deste modo, a dialética em Marx não é idealista e sim, materialista.

O objeto da dialética materialista é o mundo objetivo e sua interconexão entre o pensamento e o ser. Pautadas nessa perspectiva, as pesquisas científicas no campo da educação tornam-se ainda mais relevantes, na medida em que tomam tal método para revelar o movimento e a historicidade do fenômeno estudado: a educação e suas relações com a sociedade em âmbito mais amplo. E ao situar o problema de pesquisa em um contexto de totalidade, o pesquisador pode identificar as contradições inerentes aos fenômenos investigados e melhor analisá-las. Para Marx (2011), a contradição reside no conflito histórico existente entre as forças e as relações de produção, devendo culminar na revolução suscetível de mudança de um regime social por outro.

Por meio do materialismo histórico dialético propõem-se alcançar à essência das relações, dos processos e das estruturas, envolvendo na análise do objeto de estudo também as representações ideológicas ou teóricas construídas sobre tal fenômeno. Nesse aspecto, as pesquisas desenvolvidas na área de educação e que optam pelo materialismo histórico dialético, tomam como horizonte o desvendamento da realidade estudada, ao passo que seus resultados consistam também em meios teóricos que guiem as ações de transformação da realidade social. Assim, cabe destacar que,

para o materialismo, a realidade social pode ser conhecida na sua concreticidade (totalidade) quando se descobre a natureza da realidade social, se elimina a pseudoconcreticidade, se conhece a realidade social como unidade dialética de base e de supra-estrutura, e o homem como sujeito objetivo, histórico-social (KOSIK, 2002, p. 52).

Ressalta-se, porém, que, como nos adverte Kosik (2002), a realidade social não é conhecida como totalidade concreta se o homem, no âmbito da totalidade, for considerado apenas e, sobretudo, um *objeto*. A realidade também não é conhecida se na *práxis* histórico-objetiva da humanidade não se reconhece a importância primordial do homem como *sujeito*.

O materialismo histórico dialético se afirma, por fim, como um método de investigação que se propõe a intervir nas condições da realidade social objetiva, de modo que a pesquisa desenvolvida se caracteriza, dentre outros, pelo comprometimento do sujeito com sua realidade circundante. Portanto, é um método que visa não apenas interpretar o real, mas fornecer as bases teóricas para sua transformação. O materialismo histórico dialético, como método e como filosofia, serve – por sua vinculação consciente como uma *práxis* revolucionária – à transformação do mundo (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2007).

### **O Materialismo Histórico Dialético como método de análise da Política de Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**

O materialismo histórico dialético foi o método utilizado na análise da Política de EA da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Política Nacional de EA (PNEA), fenômenos que se instituíram historicamente em determinadas condições da realidade social. Nesse caso, analisamos a realidade social conforme assinala Kosik (2002, p. 61), ou seja, “como um conjunto ou totalidade de estruturas autônomas, que se influenciam reciprocamente”.

Essa opção metodológica se deu tanto em função das posições filosófica e política dos pesquisadores como da natureza constitutiva do objeto de estudo. Tal postura fundamenta a compreensão de que a política de EA, seja a desenvolvida na UFRN ou a estabelecida nacionalmente através da PNEA, é mediada por um contexto material e histórico situado em uma totalidade. Logo, sua apreensão e explicação enquanto fenômeno não poderia partir da aparência em que se reveste a política de modo imediato. Se a aparência dos fenômenos coincidissem com sua essência, não haveria razão para se pesquisar.

Consideramos, pois, a perspectiva materialista e histórica por ser a única capaz de oferecer as condições metodológicas de se pesquisar considerando, simultaneamente, as contradições, as mediações e os conflitos em que o objeto se situa historicamente, assim como o ‘devir’, o movimento do real em sua totalidade e a unidade dos contrários que lhes são subjacentes. Além disso, o método possibilita, em todo o percurso da pesquisa, a apreensão qualitativa das dimensões filosófica, epistemológica, material e concreta, inerentes ao campo objeto de estudo. Recorrer a esse método, “significa integrar teoria e prática, consciência e ser, matéria e ideia no processo histórico” (LÖWY, 2002). E na pesquisa em EA, significa dizer que esse método se afirma como aparato teórico-metodológico para educadores e educadoras que buscam alternativas ecologicamente viáveis e socialmente justas, por meio de uma *práxis* educativa que almeje a superação dos dualismos entre cultura, natureza e capitalismo (LOUREIRO et al, 2009).

Concordamos com Demo (1995, p. 8) ao designar que “há razões bastante razoáveis, como a necessidade de englobar o fenômeno histórico em seu lado da consciência reflexiva, da ideologia, da qualidade política, que outras metodologias desconhecem ou captam com dificuldades artificiais”.

Nessa perspectiva, tratamos um fenômeno tipicamente histórico, material e concreto, a saber, a política de EA da UFRN em face das determinações da Política Nacional de EA (PNEA). Ao identificarmos e analisarmos esse fenômeno, procuramos inseri-lo numa relação totalizadora, cuja síntese resultou do movimento das relações sociais de produção da sociedade em que ele se situa. Isto significa afirmar que a sua compreensão e o seu desvendamento, enquanto realidade social, só se tornou possível ao se estabelecer suas mediações e interconexões com a totalidade que lhe é subjacente, ou seja, a compreensão e análise da política de EA da UFRN, bem como a da PNEA, foram feitas procurando-se estabelecer as mediações, os interesses de classe e relações existentes na sociedade e no próprio Estado capitalista como partes de uma totalidade concreta.

Uma pesquisa sobre política educacional realizada sob essa perspectiva metodológica parte, necessariamente, do pressuposto de que não é possível apreender o seu significado e o seu sentido sem a apreensão do funcionamento global das relações sociais de produção da sociedade capitalista. Por sua vez, isso só se viabiliza se o pesquisador não separar o método e suas categorias do conteúdo do pensamento marxista, o qual envolve os antagonismos de classes da sociedade capitalista, como por exemplo: a relação

contraditória entre capital e trabalho, a exploração da mais-valia, a luta de classes, os interesses individuais e coletivos, os interesses públicos e privados.

Também não se pode tratar da política educacional isolando-a de outras manifestações da sociedade. É preciso envolvê-la num movimento de totalidade, de modo que suas mediações sejam apreendidas. Por isso, analisamos a política educacional tomando como ponto de partida a totalidade social, que inclui a gênese, o desenvolvimento, as contradições e as relações estabelecidas na sociedade como um todo. Desse modo, o objetivo da pesquisa consistiu em desvelar o fenômeno em sua essência.

Essas dimensões metodológicas impõem a necessidades de se compreender algumas questões fundamentais, tais como: o que são, de fato, políticas públicas? Como defini-las? A definição de política pública não consiste em tarefa fácil. De certo modo, mesmo no campo das formulações críticas não existe uma única definição sobre política pública. Ainda assim, sua compreensão é indispensável para o estudo das políticas educacionais e, em particular, da EA.

Para efeito dessa discussão e de modo mais abrangente, consideramos a política pública como um campo de conhecimento que orienta técnica e politicamente as ações dos governos, as quais refletem, por sua vez, as pressões de grupos de interesses, na maioria das vezes, representantes do poder econômico. Ao mesmo tempo, é um campo em que se põem em análise as próprias ações governamentais.

Entendida enquanto ações do Estado e de governos, a política pública pode assumir quatro configurações diferenciadas, que consistem em políticas distributivas, redistributivas, regulatórias e constitutivas. De forma sintética, a política pública é o Estado em ação. A partir dessa definição compreendemos como a política de EA materializa qualitativamente os antagonismos do Estado capitalista, bem como suas ações.

Tendo por base um referencial teórico cujos autores pertencem ao campo dialético, procuramos desvendar a genealogia da crise ambiental e social da sociedade contemporânea, relacionando-a de modo mais estreito com o desenvolvimento das relações sociais de produção, do próprio Estado capitalista e do contraditório processo de globalização em curso. Fizemos isso a partir da formulação de uma crítica ao modo de produção capitalista, modelo de organização social que vincula, de forma indissociável, a exploração das classes dominadas pelas classes dominantes possuidoras de riqueza e a destruição da natureza e da biosfera aos ditames econômicos e políticos imanentes à sociedade capitalista.

Nesse aspecto, foi imprescindível à pesquisa desenvolvida, quanto à compreensão lúcida e consciente da crise socioambiental da sociedade contemporânea, a relação teórica com autores do campo crítico, tais como: Hobsbawn (2007), Leff (2000), Foladori (2001), Chesnais (1996), Chesnais & Cerfati (2003), Baudrillard (2008), Castells (1997), Mészáros (2011a; 2011b), Marx (1996; 2008; 2011a; 2011b) e Perrault (2000).

Foi preciso, também, situar o contexto conjuntural pelo qual se desdobrou, no Brasil, o desenvolvimento da EA enquanto campo de conhecimento e de política pública específica, demonstrando seus percursos históricos, os embates estabelecidos, bem como a disputa conceitual e ideológica existente na área durante o seu processo de formação. Esse contexto foi identificado e analisado a partir de um referencial dialético e marxista sobre o tema em discussão, como Layrargues (2006; 2004a; 2004b), Lima (2002; 2005), Loureiro (2002; 2004; 2006; 2009) e Guimarães (2002; 2003).

Por meio da pesquisa documental e bibliográfica desenvolvida, constatamos que a consolidação da EA no Brasil só se tornou possível porque os interesses e os conflitos ambientais penetraram nas comunidades e tornaram-se conhecidas. O engajamento político de setores da sociedade em torno de suas causas fez emergir, nas últimas décadas, o movimento ambientalista que, nos passos de sua trajetória, deu constituição a um campo específico na educação, a EA.

Como resultado da análise do processo histórico da EA, constatamos que ela se ergueu – enquanto campo constitutivo da educação e do campo ambiental, mas também como *práxis* e luta por definição de outros patamares societários – como herdeira mais próxima das lutas ambientais e dos movimentos que a ela se vincularam. Ela incorporou, na sua gênese teórica e em sua prática, as matrizes de pensamento crítico vinculadas ao marxismo e à teoria social crítica, mas também trouxe as concepções teóricas positivistas e instrumentalistas das ciências naturais.

Constatamos, pois, que a EA, assim como sua política, resulta das relações contraditórias existentes entre crise ambiental e o próprio desenvolvimento do capitalismo. Substancial e qualitativamente, ela reflete os interesses de classes existentes no Estado capitalista.

Sob o enfoque materialista histórico-dialético, defendemos a ideia de que não basta apenas compreender e constatar como o objeto de estudo se configura e estabelece conexões entre a realidade social e educacional. Trata-se, acima de tudo, de compreender que a sociedade está envolvida pelas relações de produção capitalista, cuja essência é

universalizadora do valor de troca e da alienação fetichizada, que precisa, acima de tudo, ser superada.

Como esforço teórico e por necessidade de situar historicamente o objeto de estudo na totalidade que o envolve, elencamos as seguintes dimensões conceituais e indissociáveis do objeto: a compreensão da crise socioambiental da sociedade contemporânea; o Estado capitalista e suas etapas históricas, principalmente os modelos do bem-estar social e o neoliberal; a política pública e sua historicidade, entendendo-a enquanto campo de conhecimento específico e ação do Estado, dos governos e das instituições; o movimento ambientalista e seus temas de debates constitutivos; a EA e sua natureza genealógica; e a universidade como uma das instituições sociais.

Essa análise só se viabilizou mediante um rigoroso percurso investigativo, que envolveu desde as etapas iniciais, um criterioso levantamento bibliográfico relativo ao objeto em estudo; a coleta de dados e informações, as quais apresentam as leis dos fenômenos observados; a análise da atividade na qual o fenômeno é compreendido, sua essência, suas leis; e a análise dos dados que dão conteúdo qualitativo ao fenômeno estudado e validade científica.

Por conseguinte, a pesquisa científica que tem como método o materialismo histórico dialético não deixa de situar-se dentro de novas formas de ações conscientes e propositivas que podem abrir caminhos ou perspectivas contra-hegemônicas do ponto de vista epistemológico, político e social. Ademais, parafraseando Bourdieu (2004), faz-se necessário escapar à alternativa da ciência pura, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da “ciência escrava”, sujeitas a todas as demandas político-econômicas da sociedade capitalista.

## **Conclusão**

O objetivo deste artigo consistiu em abordar o materialismo histórico dialético como método na pesquisa em EA. Como *práxis* da pesquisa científica em EA, o materialismo histórico dialético foi o método seguido para identificar e analisar a política de EA da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e sua interface com a Política Nacional de EA (PNEA). Tal método foi escolhido pelo fato de constituir-se em fundamento teórico-metodológico que, qualitativamente, oferece potencial para guiar as

ações do pesquisador no tocante ao desenvolvimento de pesquisa em EA, bem como lhe conferir *práxis* e validade científica.

Ao buscarmos analisar a política de EA e situá-la dentro de uma relação totalizadora, cuja síntese é resultado das relações sociais de produção do mundo capitalista, a compreendemos enquanto realidade social marcada por mediações e interconexões de interesses político-econômicos. Ao longo do percurso investigativo, procuramos apreender a política de EA da UFRN, bem como a PNEA, inserindo-as no contexto das relações existentes na sociedade e no próprio Estado capitalista, como unidades articuladas que compõem uma totalidade. A EA e as políticas a ela relacionadas resultam das relações contraditórias existentes entre crise ambiental e o próprio desenvolvimento capitalista. Seguramente, ela reflete os interesses e conflitos de classes existentes no Estado capitalista.

Por fim, ao optarmos pelo materialismo histórico dialético como método de explicitação científica da realidade social e educacional e, em particular, da EA, procuramos mostrar que não basta apenas conhecer e interpretar, mas acima de tudo, transformar esta realidade. Isto significa reconhecer que esse método contribui, efetivamente, para se apreender o significado e o sentido da EA a partir da compreensão do modo como se estrutura a sociedade capitalista.

## Referências

- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70 LTDA, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a EA, institui a Política Nacional de EA e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa, Brasília, DF, 28 abr. 1999.
- CARVALHO, Izabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Docência em Formação).
- CARVALHO, Izabel Cristina de Moura. Um balanço da produção científica em Educação Ambiental de 2001 a 2009. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 46 jan./abr. 2011.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** – a era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. In: **Revista Crítica Marxista**, n. 16. p. 1 – 40. São Paulo: Boitempo, 2003.
- DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

FOLADORI, Guillermo. O capitalismo e a crise ambiental. In: **OUTUBRO**: Revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo, n. 5, p. 117, 2001.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. **Epistemologia da pesquisa em educação**. São Paulo: Papirus, 1996.

GONZALEZ-GAUDIANO, Edgar; LORENZETTI, Leonir. Investigação em EA na América Latina: mapeando tendências. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, Dec. 2009.

GUERRA, Antonio F. S. Um panorama da inserção da EA na Região Sul. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, Rio Grande, v. especial, p. 28-45, dez 2008.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental: no consenso um debate?** Campinas: Papirus, 2002.

GUIMARÃES, Mauro. **Educadores ambientais em uma perspectiva crítica: reflexões em Xerém**. 2003. 179f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Para que a EA encontre a educação. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajatória e fundamentos da EA**. São Paulo: Cortez, 2004a.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. (Coord.). **Identidades da Educação Ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004b.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Muito além da natureza: Educação Ambiental e reprodução social. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. et al. **Pensamento complexo, dialética e Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Tradução de William Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2011.

LEFF, Henrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: Edifurb, 2000.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Crise Ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Formação e dinâmica do campo da Educação Ambiental no Brasil: emergência, identidades e desafios**. 2005. 207f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. et al. Contribuições da teoria marxista para a Educação Ambiental crítica. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 29, n. 77, Abr. 2009a.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. et al. **Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009b.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Pensamento complexo, dialética e Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo et al. **Educação Ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LÖWY, Michel. **A Teoria da Revolução no Jovem Marx**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857 – 1858: Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, volume I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes, 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa, São Paulo: Boitempo Editorial, 2011a.

MÉSZÁROS, Istvan. **A crise estrutural do capital**. 2 ed. rev. e ampliada. Tradução de Francisco Raul Cornejo (et al.), São Paulo: Boitempo Editorial, 2011b.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa, **Caderno CRH 39**: 11-24. 2003.